

Sobre *Por detrás da Magnólia* de Vasco Graça Moura

O meu objectivo no que escrevo, sempre frustrado mas sempre reiterado, como o esforço de Sísifo, é o de que cada texto seja uma plena declaração de amor à minha língua.

Vasco Graça Moura

A magnólia não é, no romance de Vasco Graça Moura, uma simples árvore ornamental que colocámos no nosso jardim para deleite dos nossos ócios. A magnólia é uma personagem, uma espécie de testemunha viva, que oculta um crime. É *Por Depois da Magnólia* que acontece um assassinio, tragédia com que culmina o triângulo amoroso em que se baseia o romance.

O tom de mistério que o título faz pressentir, algo que está por detrás de, oculto, na sombra, é acentuado pela carga simbólica que a magnólia transmite, com as suas flores “de um efémero branco de marfim”. (p. 71).

A acção deste romance desenrola-se em Gouvães do Douro, aldeia do Alto Douro vinhateiro, que o autor tão bem conhece por ser lugar de origem de antepassados seus, mas também por lá passar, na infância e adolescência grande parte das suas férias. É neste espaço que se desenvolve o imenso xadrez familiar, com os seus segredos, os seus amores, os seus ideais políticos, os ajustes de contas de gerações, que retratam, no fundo, um pouco da história do país, desde a Patuleia até ao período pós-primeira guerra mundial.

A saga familiar desenvolve-se paralelamente à história nacional e com ela se entrelaça: a grandeza perdida da família confunde-se com a da nação nas contendas entre liberais e absolutistas, na implantação da República e no alvoroço que lhe sucedeu, na nossa vivência da primeira guerra mundial...é um retrato descomplexado da história

de Portugal. Este não pretende ser um romance histórico, trata-se, isso sim, de um romance de família e, por isso mesmo, não ambiciona relatar fielmente o período histórico vivido, mas sim como o ambiente social e político se manifesta na vivência de cada personagem. Pode mesmo dizer-se que cada personagem representa um período particular da história de Portugal.

Parece haver sempre a necessidade de procurar nas raízes familiares algo que justifique as acções que se sucedem, uma espécie de organicismo genealógico, onde a família funciona como um organismo vivo que se desenvolve a partir de uma mesma raiz. Assim, cada acontecimento é desencadeado por alguma acção anterior de um familiar. A família assemelha-se então a uma árvore, onde todos os elementos estão em íntima conexão com o todo orgânico, desde a raiz às flores, passando pelo tronco, galhos e folhas. Qualquer alteração de um elemento é alteração de todos os outros. Honorina, filha do padre Aloísio, sofrendo maus tratos e humilhações do marido, sente-se punida pelos delitos do seu pai: “- Ah, prima, nem imagina como Nosso Senhor me tem feito pagar as malfeitorias do meu pai...” (p. 79)

O “jogo de xadrez” com que o autor inicia o romance, e que serve como uma espécie de preâmbulo à história em si, é também um exemplo desse organicismo que acabo de referir. O jogo de xadrez, para ser jogado, necessita de todas as peças que o compõe, caso contrário perde todo o sentido. Mas não só, as vidas das personagens vão sendo postas em jogo e manobradas por melhores jogadores, transformando esta saga familiar num imenso e prolongado jogo de xadrez. A busca da verdade recorre constantemente às raízes familiares antigas, através de analepses, para justificar como consequências os acontecimentos que vão sendo narrados.

O ambiente que enquadra toda a narrativa espelha uma época onde pode assistir-se ao declínio de uma aristocracia rural, onde as grandes propriedades começam a ser retalhadas graças a um êxodo rural, fruto do desinteresse crescente pela actividade agrícola e pela atracção pelos grandes centros urbanos.

Por Detrás da Magnólia não é apenas um retrato do Alto Douro vinhateiro, mas é também um retrato realista dos tempos de crise que assolavam a região e que afectavam os proprietários das vinhas:

...aprendiam a saborear muito comedidamente os requintes palatais do vinho fino, ouviam de questões que afligiam os proprietários, como o «benefício» autorizado ou a carestia das rogas, viam gente

muito pobre e primitiva na sua dignidade aldeã (...) e também de vidas azaradas, de dívidas por pagar, de emigrações para o Brasil... (p. 99)

Tudo começa com uma pergunta, uma pergunta fatal que o jovem Pedro faz à sua tia Adelaide: “Ó tia, este primo Arnaldo é o que matou a mulher?” (p.27). A violenta resposta da já envelhecida tia deixa antever um assunto mal resolvido e nada inocente. Passados muitos anos e, já no leito de morte, Adelaide pede desculpa ao sobrinho, agora homem feito, e, numa espécie de derradeira confissão, à maneira de uma anamnese, decide contar-lhe, e contar-nos, a verdadeira história, procurando desde a raiz os sintomas que despoletaram tão trágico fim.

A Patuleia e a separação de linhas sanguíneas

Várias gerações atrás, em plena guerra da Patuleia, o padre Aloísio Castelo Branco engana a família do seu irmão, Aires Simão Castelo Branco, privando-a de propriedades, e traindo os seus votos sacerdotais, tendo uma filha. Duas linhas sanguíneas vão então separar-se, dando forma à história narrada.

Com a Guerra da Patuleia por pano de fundo, a traição de um irmão ao outro, parece representar a própria guerra, que opunha irmãos a irmãos, artistas a miguelistas.

Aires Simão, fidalgo do Pinhão, verdadeiro patriarca, “Alto como uma torre e forte como um Hércules” (p. 38), era um homem de coragem, figura agressiva e dominadora, “Caçador, jogador, mulherengo e violento as mais das vezes. No palco doméstico, estava farto de aturar a mulher legítima, mais velha quatro anos do que ele e sempre vestida de cor de urze ressequida” (pp. 38-39). Aires Simão funciona como pilar que forma um dos ramos originados pela separação das linhas sanguíneas. O seu grande problema residia no facto de não ter filhos varões, o que constitui um obstáculo definitivo para a sua felicidade e realização como homem e como patriarca. A inexistência de descendência por via varonil significava o ruir da família, numa época em que o conceito de aristocracia se encontrava em declínio, a própria personagem, magistralmente desenhada, é um símbolo dessa decadência.

Desalentado com a sua família, e perdida a esperança na sua descendência, Aires Simão decide, repentinamente, abandonar Portugal rumo ao Brasil a bordo de um brigue inglês. Por esta altura os ingleses mantinham Portugal sobre apertada vigilância e é curioso notar que Aires critica “esses ingleses que andam por aí a meter o nariz em tudo

e sem dar satisfações ao Governo de Lisboa” (p. 44) mas, no entanto, é precisamente à sua “boleia” que ele decide viajar...

Abandona assim, num total despreendimento político, um país mergulhado numa das suas maiores crises. A sua fuga para o Brasil dá-se sensivelmente um mês após o golpe palaciano conhecido por “emboscada”, pelo qual D. Maria II depôs o governo do Duque de Palmela, que havia subido ao poder na sequência da Revolução da Maria da Fonte:

O barão do Casal, leal à carta, marchava de Trás-os-Montes sobre o Porto. O conde das Antas estava barricado na Cidade Invicta. O marechal Saldanha, na sua progressão para norte, encontrava-se a poucas léguas dela, entre Oliveira de Azeméis e Arrifana. A saída do Porto, para onde quer que fosse, era praticamente impossível... (p. 33)

Do Brasil muda-se para os Estados Unidos, onde os negócios, a partir de certa altura, lhe correm mal. O jogo, o álcool e a violência levaram-no a matar um homem, razão pela qual haveria de ser preso, condenado à morte e enforcado em Filadélfia. Tudo em apenas cinco anos. Este acontecimento, ocultado pela família, tornou-se um segredo que a envergonhava e do qual poucos tinham conhecimento: “todos resolveram passar a esponja do esquecimento sobre o sucedido, já que o sucedido a todos infamava” (p. 63). A versão familiar era que a vida corria-lhe bem no Brasil, mas Aires Simão mudara-se, ao fim de dois anos, para os Estados Unidos, onde, antes da sua morte, acumulara grandes riquezas, às quais, entretanto se perdeu o rasto.

Aires havia, no entanto, deixado uma procuração ao irmão dando-lhe plenos poderes para a gestão dos bens comuns. Este, na ausência de Aires Simão, face à total indiferença da cunhada e com a cumplicidade de um tabelião de Vila Real, conseguiu que, nas partilhas, ficassem em seu nome 4/5 das propriedades. Já antes havia ficado com todo o dinheiro que o irmão enviara para a família. D. Amália, viúva de Aires Simão, ficava com pouco mais que as propriedades de Gouvães do Douro.

Ao contrário da passividade política do irmão, o padre Aloísio era um agitador de multidões, simpatizante miguelista, apelava à insurreição e pregava contra os pecados mortais. No entanto, ele próprio não deixou de praticar qualquer desses pecados: grande comedor e apreciador de mulheres, dedicava-se à improvisação de poemas

obscenos. Avarento e ganancioso, agiotava os fiéis sempre que tinha oportunidade. Tanto citava Virgílio como Bocage; quando convidado a candidatar-se a deputado o seu comentário foi célere: “e porque não? Putíssimas fidalgas tem Lisboa” (p. 60). Parece que reunia em si todos os pecados e, ao morrer em pleno púlpito, de ataque cerebral “provocado pela veemência desvairada e vociferante que pusera num sermão” (p. 60), deixa o maior de todos eles: uma filha, Honorina.

Passada mais de uma década sobre a morte de Aires Simão, duas das suas filhas casam, e são os genros que investigam e descobrem a espoliação do Padre Aloísio. Era, no entanto, tarde demais.

A “Casa dos Lemos” e a “Casa da Tia D. Ana”, a reunião das linhas sanguíneas

Das quatro filhas de Aires Simão, apenas a mais velha, Hortense, deixara descendência. Casara-se com Alfredo Lemos, em cujo solar de família viviam até que um incêndio provocou a sua ruína. A família decide então mudar-se para a grande casa dos Castelo Branco. Alfredo determina-se a fazer alguns melhoramentos na casa, dotando-a de um brasão de família, ficando a casa a ser conhecida como a “Casa dos Lemos”.

No jardim desta casa *“havia uma Magnolia grandiflora, elevando-se já a mais de dez metros de altura, com as suas folhas oblongas em densa coroa piramidal, perenemente envernizadas de verde-escuro numa das faces e acastanhadas na outra e, da alta Primavera até ao Verão, com as suas grandes flores, de pétalas recurvadas em concha e de um efémero branco de marfim, a encher de sombra, sossego e musicalidade sussurrante, aquele recanto esquecido, e semiocultando uma porta no muro do outro lado, a que as crianças, mais tarde, chamavam a “porta do ladrão”, nas suas brincadeiras e jogos bélicos.”* (p. 71)

É neste jardim que, anos mais tarde, um crime vai perpetrar-se. Junto à porta do ladrão, semioculto pela Magnólia, um corpo irá tombar no desfecho trágico de um triângulo amoroso.

José Duarte, filho de Alfredo, juntamente com a sua mulher e os seus cinco filhos, toma posse da Casa dos Lemos. A sua filha do meio, Adelaide, a tia de Pedro, que anteriormente referi, é uma das personagens centrais do drama amoroso do romance.

Um pouco mais tarde, Joaquim Bernardo, filho de Honorina e neto do padre Aloísio, decide recuperar a casa da tia D. Ana, herdada, sem logro de partilhas, de seu avô. A casa situava-se em Gouvães, mesmo em frente da Casa dos Lemos, aproximando de novo as linhas sanguíneas entretanto afastadas e servindo de pretexto para o reatar de relações entre os dois ramos familiares.

Joaquim Bernardo preservava ainda um pouco do carácter do avô padre, pessoa com poucos escrúpulos e negociador implacável, “intervinha com frequência nos bastidores da política” (p. 77). Era, no entanto, uma pessoa culta, de bom gosto e amante de fotografia. Um dos seus três filhos, Arnaldo, é, juntamente com Adelaide, uma outra personagem central do drama amoroso do romance.

Era fundamentalmente nas férias de verão, que a família se reunia em Gouvães. Era por esta altura que os primos, entre eles, Adelaide e Arnaldo, se juntavam durante a infância e a adolescência na Casa dos Lemos. Especialmente para as crianças, o bucolismo local proporcionava um contacto próximo com a natureza; alheias às sérias dificuldades, para elas, Gouvães dava forma a um cenário idílico, onde os problemas da vida real encontravam cerradas as portas:

Em Gouvães se fazia para as crianças a aprendizagem da natureza e da vida rural e nascia um sentido da paisagem, da desmesurada paisagem do Douro, ainda estavam elas longe de saber da epopeia humana do talhar dos socalcos ou da desolação semiesboroadada dos mortórios com algumas oliveiras tristemente dispersas, das pragas do oídio, da filoxera e do míldio, da importância da cultura ligada ao vinho e ao azeite, dos Ingleses, da Companhia das Vinhas do Alto Douro, de viscondes e barões que sobre o Douro tinham trabalhado ou escrito, e de mais coisas assim. (p. 96)

Desde crianças, Adelaide e Arnaldo passavam a maior parte do tempo juntos, o companheirismo inicial foi crescendo até se tornar numa amizade íntima e, a partir de certa altura, começou a constar que eram noivos.

A República e a evasão

A implantação da república em Portugal foi uma época muito conturbada. A sucessão de governos provisórios desencadeava constantes golpes e atentados. Um dos golpes mais sanguinários da época foi o que sucedeu a 14 de Maio de 1915, dia em que eclodiu a revolução militar desencadeada por elementos ligados ao então denominado Partido Democrático. O objectivo da revolta era derrubar o governo do general Pimenta de Castro, incumbido pelo então Presidente da República, Manuel de Arriaga. Com o apoio civil a revolta vingou, no entanto mais de uma centena de corpos caíram por terra e milhares ficaram feridos. É, provavelmente, a este episódio que o autor se refere quando relata o acontecimento que, por pouco, não pôs fim à vida de Arnaldo:

Numa tarde luminosa da Primavera de 1915, Arnaldo, depois de dar uma volta pelos alfaiates e pelas chapelarias do Chiado (...) escapou por um triz ao rebentamento de uma bomba. Acabava de dobrar a esquina do Largo de Camões quando a explosão se deu, à entrada da Rua da Rosa, ao pé do calhariz. Se tivesse iniciado o percurso dois minutos mais cedo, teria sido atingido. (p. 115)

Nesta época de convulsões, um homem parecia imune a qualquer pressão política, movimentando as suas peças de xadrez no tabuleiro que mais lhe convinha. Esse homem era Joaquim Bernardo, pai de Arnaldo. Consciente de que vivia num “país da bagunça reles, caído no caos, sem instrução, sem exército, sem indústria, sem comércio, sem governo, sem parlamento, sem tribunais, sem chefe do Estado, dignos desse nome” (p. 121), não se comprometia com nenhuma facção política, apologista furtivo de uma monarquia ausente num país ausente. Concentrado nos seus negócios, encarava letargicamente a evolução dos acontecimentos, sem neles interferir. “Uma nação e um regime não se legitimam pelo crime” (p.122) era como, aforisticamente, se pronunciava acerca da sua conduta.

Também José Duarte encarava com apatia as alterações políticas vividas no país. O marasmo que afectava os dois chefes de família contrastava com o período de alvoroço. As grandes questões eram “digeridas entre dois cálices de vinho fino por dois caturras refestelados nas suas poltronas confortáveis e fundas” (p. 125). Esta ausência total é o reflexo da inabilidade da alta burguesia nacional, perante a luta incessante de um

povo que se mostrava mais activo que nunca na luta por um ideal democrático baseado no conceito republicano de justiça e igualdade.

A impressão que esta saga familiar provoca é que, apesar de acompanhar uma era de constantes mutações no panorama nacional, evolui sempre no sentido contrário ao nosso tempo histórico. É uma contínua evasão de uma alta burguesia que frustra os desígnios de implantação de uma modernidade que tarda em impor-se em Portugal. José Duarte, começando a abstrair-se da realidade, é bem o exemplo dessa evasão: “era como se tivesse decidido ignorar a realidade, escamotear os seus contornos pouco agradáveis, criar uma torre de marfim onde ninguém conseguisse perturbá-lo.” (p. 126). Joaquim Bernardo, por seu turno, refugiava-se na fotografia para criar um distanciamento da realidade, como se a objectiva o colocasse fora deste mundo ou o protegesse dele; sempre que “sentia a depressão e as preocupações a tomarem-lhe conta do espírito pensava logo em ir-se embora de Portugal.” (p. 128). Para Joaquim Bernardo, a fotografia não dependia da visão pessoal do fotógrafo, mas “referia-se sempre a uma outra realidade” (p. 164), era algo que, de facto, o transportava para “outro mundo”. Eram, na verdade, dois perfeitos exemplares de patriarcas decadentes.

O distanciamento político tinha recompensado os negócios familiares, mas a Grande Guerra acabaria por traçar um destino menos feliz para os negócios. Pode fugir-se de Portugal, mas é difícil fugir do mundo. Tanto Joaquim Bernardo como José Duarte acabariam os seus dias arruinados, com a agravante de este último, com o avançar da idade, ficar senil e afastado do mundo real. Joaquim Bernardo, depois de terminada a guerra que havia levado dois dos seus filhos, num dia de temporal, encosta a arma à cabeça e caminha rumo à evasão final.

A Grande Guerra e a situação de Portugal perante a Europa

O golpe de 14 de Maio e o conseqüente triunfo democrático estava intimamente ligado com o desejo de intervenção na guerra, o que deu origem à preparação do Contingente Expedicionário Português, um corpo de exército com comando próprio composto por mais de cinquenta mil soldados. Várias conseqüências nefastas sucederam, sendo a mais grave a tristemente famosa batalha de La Lys, na Flandres, onde terão perecido mais de sete mil soldados portugueses.

Enquanto em Lisboa se discutia a entrada ou não de Portugal na guerra, Arnaldo e Adelaide decidiram casar. “Sentados, olhos nos olhos, à sombra da magnólia” (p. 131), planeavam todas as questões pertinentes ao futuro enlace.

Arnaldo, inteligente e com espírito de iniciativa, tinha uma próspera carreira à sua frente, com a vantagem de ser filho de pai rico. Como os irmãos haviam seguido a carreira militar, Arnaldo poderia mesmo vir a encabeçar os negócios do pai. Adelaide não tinha grande fé na personalidade de Arnaldo, achava-o mesmo fútil e vaidoso, mas gostava dele mesmo assim, e o hábito da sua presença superaria sempre a ausência de uma grande paixão.

José Duarte tinha um sobrinho, Roberto, que influenciado por Joaquim Bernardo, adquiriu gosto pela fotografia; acompanhava-o muitas vezes nos seus passeios em busca de imagens. Uns anos mais tarde, num salão de fotografia que visitara em Paris, por sugestão de Joaquim Bernardo, Roberto conhece uma francesa, Renata, com quem vem a casar. O casal fixa então residência no Foz. Renata possuía uma grande fortuna e, além de preferir que Roberto não trabalhasse, ainda patrocinava as suas experiências fotográficas; “em compensação, Roberto fingia não dar pelo mau génio da mulher, quando ela destemperava.” (p. 136).

Roberto é o perfeito exemplo do organicismo que anteriormente referi. Influenciado por Joaquim Bernardo e José Duarte, Roberto transforma-se num inútil, sustentado por uma mulher que o despreza e humilha, e acaba por ser um prolongamento da letargia sofrida pelos chefes de família. Ainda mais do que a Joaquim Bernardo, a câmara fotográfica servia, para Renato, como fuga à realidade; frouxo de espírito e conjugalmente subjugado, a câmara era o único objecto que lhe proporcionava algum poder. No entanto, este não era um poder interventivo, mas sim contemplativo, mais condizente com a sua pusilanimidade. Com o decorrer do tempo, porém, Roberto vai-se afastando das opiniões de Joaquim Bernardo, e começou a interessar-se mais pela fotografia como forma de expressão da sua visão pessoal. Apesar de se ver forçado ao diletantismo pela mulher, Roberto vai captar nas suas imagens a “sua própria razão de ser e de ter gosto pela vida.” (p. 166)

Um novo actante é introduzido na história: Monique, irmã mais nova de Renata, terceiro elemento do drama amoroso do romance. Está, assim, completo o triângulo amoroso que origina a tragédia final: Arnaldo, Adelaide e Monique.

Monique viaja para o Porto por súplica da família francesa, que já não podia suportar os escândalos e as aventuras do elemento mais jovem da família. Esta é, provavelmente, a personagem mais bem desenhada pelo autor no decurso da obra.

Lasciva, aventureira e irreverente, Monique consubstancia em si tudo o que é carnal e sexual nesta obra de Vasco Graça Moura.

Monique era famosa pelas suas “excursões avulsas e nocturnas com os amigos a Montparnasse, de onde regressava às vezes completamente toldada pelo álcool e a fazer perante a família, ao jantar, comentários lascivamente aventureiros que os irmãos estupefactos preferiam atribuir à conta da bebida.” (p. 145).

Frequentadora assídua das tertúlias dos surrealistas franceses, Monique é também símbolo do arrojo europeu, perante o ambiente exclusivista mas estagnado da alta sociedade portuense:

Monique tinha tido veleidades de se tornar escritora, depois pintora, depois bailarina. Para imitar os jovens iconoclastas, escrevia coisas sem pés nem cabeça que ia mostrando a Jean Cocteau e aos amigos dele, que lhe chamavam enfant prodige nos dias de estúrdia e libações e a proclamavam notre Apollinaire en jupons, nos verdadeiros dias de grande gozo em que a ouviam ler aqueles textos. (p. 146)

Com Monique estabelece-se a grande discrepância que existe entre essa grande metrópole europeia, que é Paris, com o seu bulício sempre presente, um centro artístico e cultural eminente e uma sociedade mais moderna e sem preconceitos, e o Porto, “burgo antiquado, granítico e burguês (...) onde tudo era tacanho e amortecido, nos meandros de uma sociedade sem alegria de viver...” (p. 153)

A cidade do Porto funciona como uma sinédoque já que, na realidade, é Portugal que se vê representado como país ainda longe da etapa evolutiva da Europa culta e moderna, salientando o atraso que se vai acumulando ao longo dos tempos.

Apesar da diferença de animação entre Paris e o Porto, Monique adaptou-se bem, já que os escândalos transpiravam menos aqui e ela sentia-se mais liberta. Monique granjeou, então, “uma imensa popularidade entre a juventude masculina portuense e ódios de vida e de morte na feminina. Rica, vistosa, sensual, bem vestida e sem complexos, Monique acrescentava a estes predicados a mais completa leviandade, e a princípio fazia gala disso.” (pp. 149-150)

Renata, com o objectivo de fazer assentar a irmã, decidiu arranjar-lhe um noivo, alguém que acalmasse os seus ímpetos aventureiros e satisfizesse os seus mais íntimos desejos. Descobriu Arnaldo, que lhe pareceu o homem indicado para levar a cabo os seus objectivos. Despreocupada com os rumores acerca do noivado de Arnaldo, Renata tenta aproximá-lo de Monique, seduzindo-o com um estilo de vida arrojado e sofisticado. A verdade é que a sedução resultou, como adiante se constatará.

O Pós-Grande Guerra, a pneumónica e a ruptura

O fim da Primeira Guerra Mundial não significou o fim das lutas internas que afectavam Portugal. Havia ainda contendidas entre republicanos e monárquicos que, após o assassinato de Sidónio Pais, deu origem, em 19 de Janeiro de 1919, à instauração da “Monarquia do Norte”, com uma parada militar, o hastear da bandeira monárquica, o hino e a declaração de restabelecimento da monarquia. Cinco dias mais tarde terminava a efémera “Monarquia do Norte”.

Mas esse nem era o principal problema com que então os portugueses se depararam. Após a Grande Guerra, a pneumónica ceifava inúmeras vítimas. Uma dessas vítimas foi Arnaldo, que esteve entre a vida e a morte: “os médicos chegaram a dar-lhe poucas horas de vida.” (p. 197)

O luto e o medo pavoroso do contágio afastavam os ajuntamentos do costume à porta dos hospitais.(...) Às portas do Hospital da Misericórdia, de bem lançado peristilo de colunas dóricas, recrudesciam o chegar e o partir consecutivo das ambulâncias, muitas delas improvisadas, com as suas campainhas intermitentes, e o movimento incessante de maqueiros, de enfermeiros, de moribundos levados em padiolas, do saimento de caixões envoltos em panejamentos negros, de médicos, de padres, de cangalheiros e gatos-pingados.” (pp. 198-199)

Arnaldo ficou internado vários meses, primeiro no Hospital da Misericórdia, depois em casa de Renata e Roberto. Esta, aproveitando-se da debilidade do doente, interceptou e rasgou todas as cartas que Adelaide entretanto lhe enviara, respondendo que, por ordens médicas, o doente não poderia receber visitas e encontrava-se em total

isolamento. Convencida por Renata que Arnaldo havia viajado para a Suíça para melhor se recompor, Adelaide regressa a Gouvães sem ter visto o noivo.

Passado um ano, Arnaldo escreve a Adelaide uma longa carta, anunciando o termo do noivado. Renata, movendo magistralmente as suas peças, havia ganho facilmente a partida.

Adelaide passou então, após a morte de José Duarte, a administrar a Casa dos Lemos, dedicando-se também a acções de beneficência numa aldeia “em que os remediados eram pobres e os indigentes eram miseráveis” (p. 213)

Com o tempo, Adelaide apercebe-se que estava a tornar-se cínica, por começar a acreditar na selecção natural onde os mais fortes prevalecem, e céptica, por não acreditar que isso alguma vez mude. Estava a transformar-se numa pessoa ríspida e dura. A atitude de Arnaldo acabaria por tornar Adelaide numa pessoa diferente, estando mais uma vez presente o organicismo que molda este romance: as acções de uma personagem alteram por completo a vida de outros, como se algo os ligasse numa constante relação de causa e efeito.

Para a “nova” Adelaide, “a ruptura com Arnaldo parecia-lhe assim estar inscrita na própria ordem das coisas. Não queria censurar-lhe nada. Nem vê-lo de modo redutor, nem confirmar pressentimentos que tinha tido, quando estavam noivos, quanto à personalidade dele.” (p. 216)

O desenlace trágico

Arnaldo, já restabelecido, empreendia a tentativa de recuperação da fortuna perdida, contando para isso com a ajuda de Renata e Monique. O poder de sedução de Monique, aliado ao poder de sedução da sua conta bancária, faz com que Arnaldo se case com ela e resolva de vez os seus problemas económicos.

Também Arnaldo se abandonava à solução mais fácil dos seus problemas, casando com alguém cujo carácter e sanidade mental não lhe manifestavam qualquer confiança.

Entretanto, Arnaldo havia posto à venda a casa da Tia D. Ana. Após arranjar comprador, Arnaldo, com toda a naturalidade, escreve a Adelaide dizendo-lhe que iria a Gouvães esvaziar a casa. “Adelaide achou que devia retribuir, também com naturalidade, e escreveu-lhe a dizer que o melhor era ele e a mulher ficarem instalados na Casa dos

Lemos”. (p. 234) Assim, Monique e Arnaldo, passados poucos dias, instalam-se em Gouvães.

Uma noite, em que Adelaide desce à sala de jantar à procura de um comprimido para dormir, acontece o assassinato ocultado por gerações inteiras. No jardim da Casa dos Lemos, por detrás da magnólia,

Adelaide Viu um vulto a saltar o muro do outro lado e depois dirigir-se, cosido às trepadeiras, até à “porta do ladrão” das brincadeiras da sua infância e tentar correr-lhe o ferrolho (...) Adelaide correu a despendurar uma das espingardas de caça. Tirou dois cartuchos da cartucheira e foi postar-se de novo à janela (...) um outro vulto entrou, enquanto o primeiro encostava a porta apressadamente, semien coberto pela magnólia. Adelaide pôs a arma à cara, apontou, disparou dois tiros, sentiu o ressalto da coronha, ouviu gritar e desmaiou. (p. 240)

Monique morreu e o motorista ficou muito ferido numa perna.

A versão oficial passou a ser que Arnaldo, ouvindo barulho no jardim e pensando serem ladrões, disparara os dois tiros. Adelaide só depois havia chegado. Apesar de Adelaide insistir em se declarar culpada, Arnaldo afirma que os tiros não haviam atingido o alvo e Monique, assustada, ao cair batera com a cabeça numa pedra e morrera.

Com a ajuda da influência económica de Renata o caso foi abafado: “na instrução do processo, o Ministério Público concluiu ser evidente que Arnaldo tinha disparado só com intenção de assustar os intrusos sem procurar atingi-los”. (p. 244)

Os contornos pouco claros deste caso foram esquecidos pelas entidades oficiais, arquivados na efémera memória do povo. No entanto, para esta família a tragédia ficará ocultamente gravada na consciência de cada um, até o tempo a apagar, como velha e esquecida história de família.

Conclusão

O cenário, a um tempo idílico e dramático, do Alto Douro vinhateiro, proporciona uma viagem intensa pela realidade da aristocracia rural decadente e das suas grandes propriedades. Através da objectiva de Roberto (e parece ser essa a sua única função na história) podemos tomar contacto com a dura vida dos homens e mulheres comuns que tinham a seu cargo a faina das vindimas.

Transportado por uma colecção de personagens apuradamente desenhadas, como o padre Aloísio, Adelaide ou Monique, o leitor percorre, através de uma notável fluidez narrativa, o caminho da saga de uma família cujos elementos funcionam como uma espécie de anteface da história nacional, deixando transparecer episódios marcantes da nossa história, intimamente entrelaçados com a própria gesta familiar.

Ao redor da magnólia tudo é efémero, como efémera é a vida. A magnólia parece ser o coração desse organismo, testemunha de todos os jogos familiares, com os seus dramas, os seus pecados e os seus segredos. Existe sempre a tentativa de ocultar os pecadilhos de cada um. No paroxismo trágico do final da história há a necessidade de eliminar a testemunha que sabe demais:

A tia Adelaide passara a ser uma sombra entre sombras, ela também a atravessar na bruma aquela porta, fechada e entaipada havia tanto tempo, que se encontraria por detrás da magnólia, se a magnólia ainda lá estivesse. (p. 248)

As personagens entrelaçam-se de tal maneira umas com as outras, que as suas relações constituem um todo orgânico. Esse organicismo provoca a permanente busca de antigas causas para os efeitos que se vão sucedendo, afectando um e todos ao mesmo tempo, como num jogo de xadrez em que o movimento de uma simples peça no tabuleiro condiciona a partida até ao final.

Existe, ao longo de toda a história, uma permanente tentativa de evasão por parte das personagens, como a fuga para o Brasil de Aires Simão; a tranquilidade de D. Amália, sua viúva, ao ver-se espoliada pelo cunhado; a máquina fotográfica como janela de evasão para Roberto; a abstracção do real por parte de José Duarte ou a apatia de Joaquim Bernardo. Parece uma fuga aos conturbados momentos políticos que se vão

sucedendo, uma fuga ao tempo histórico nacional, como se fugindo ele nunca nos apanhasse.

Este romance é também um elogio à memória. A permanente busca de sucessos passados, acaba por ajudar a compreender acontecimentos futuros. É neste sentido que *Por detrás da Magnólia*, articulando tempos passados, se projecta para o futuro.

A magnólia não é apenas testemunha de um assassínio, é também testemunha de um tempo e de uma memória colectiva. Para melhor nos conhecermos talvez seja preferível começar a procurar por detrás da nossa própria magnólia.

João Carvalho

N.º 47841

Estudos Portugueses e Lusófonos

Bibliografia:

MOURA, Vasco Graça (2004), *Por detrás da Magnólia*. Lisboa: Quetzal Editores.

CIDADE, Hernâni (2004), in *História de Portugal*, vols. 7 e 8, coordenação de José Hermano Saraiva. Matosinhos: Quidnovi.